

**c) Garantias**  
Os seguintes ativos foram oferecidos em garantia dos empréstimos e financiamentos.

	Consolidado	
	2016	2015
Depósitos bancários	58	39
Duplicatas a receber caucionadas	29.497	14.553
	<u>29.555</u>	<u>14.592</u>

Adicionalmente, aval cruzado do acionista pessoa física foi oferecido em garantia dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

**(d) Cláusulas restritivas (Covenants)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não cumpriu com obrigações previstas na cláusula sexta, sub-item "t", das Cédulas de Crédito Bancário, referentes aos *covenants* financeiros, apresentados abaixo:

- Dívida líquida; e,
- Dívida líquida ajustada.

Diante dessa quebra de *covenants*, a Companhia obteve *waiver*, exclusivamente em relação aos *covenants* observados acima com data de emissão em 29 de março de 2017, porém, não reclassificou contabilmente a dívida no valor de R\$ 73.906 do passivo não circulante para o passivo circulante, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis".

**18 Títulos da dívida do Estado**

O saldo de títulos da dívida do Estado se refere a precatórios requisitórios do Estado do Paraná, não próprios, adquiridos durante o ano de 2005, para utilização em compensação de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, tais precatórios estão registrados a valor justo (R\$ 2.854), que correspondem a 60% do valor de face o título. Em 9 de fevereiro de 2012, a Lei do Estado do Paraná nº. 17.082 foi sancionada, instituindo parcelamento especial para as dívidas tributárias e permitindo que parte destas dívidas seja compensada com precatórios, mediante homologação das compensações pelas autoridades fiscais. A referida Lei foi, posteriormente, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 5007/12.

O parcelamento vinculado à utilização de precatórios mencionados pela respectiva Lei se refere apenas para os fatos geradores ocorridos até novembro de 2009. Do total dos débitos deste período, o valor correspondente a 25% poderá ser pago em até 59 parcelas. O restante, equivalente a 75% da dívida, será alocado na última parcela e poderá ser levado a pagamento mediante a utilização de precatórios sujeitos a adesão ao "leilão de desajô" na Câmara de Conciliação de Precatórios. Com base nessas premissas, foram efetuadas as contabilizações para o reconhecimento do valor efetivo dos precatórios a serem utilizados e para a formalização no passivo da Companhia dos montantes efetivos a pagar nos termos da consolidação dos débitos. Devido a ausência de previsão para compensação deste precatório, a Administração mantém o saldo classificado no ativo não-circulante.

**19 Programa de recuperação fiscal**

**(a) Breve histórico**

Em 2000, a Companhia aderiu ao REFIS, para parcelamento de débitos tributários junto a Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Em julho de 2003, a Companhia migrou para o Parcelamento Especial - Lei 10684 - PAES, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais. Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, considerando o disposto nas MP's nºs 303/06 e 315/06 e a IN nº 663/06 da Secretaria da Receita Federal.

Em agosto de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

A Companhia está efetuando os pagamentos dentro dos vencimentos estabelecidos.

**(b) Movimentação dos saldos (Controladora e consolidado)**

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014		27.139
Pagamentos efetuados	(11.956)	
Atualizações monetárias	2.217	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		17.400
Consolidação de parcelamento fiscal	4.551	
Atualizações monetárias (Nota 27)	2.753	
Pagamentos efetuados	(4.504)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		20.200
(-) Circulante		(10.343)
Não circulante		<u>9.857</u>

O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC.

Por ter aderido ao programa, a Companhia se obriga ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento.

Máquinas do ativo imobilizado foram oferecidas como garantia aos pagamentos.

**(c) Composição por ano de vencimento**

Ano	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
2016		2.950
2017	10.343	7.258
2018	2.593	1.866
2019	1.773	5.326
2020 e seguintes	5.491	
	<u>20.200</u>	<u>17.400</u>

**20 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

**(a) Composição dos saldos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos reconhecidos apresentam-se como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Diferido ativo		Diferido passivo	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (i)	18.016	16.626	-	-
Diferenças temporárias			(61.260)	(62.152)
Valor justo de ativo fixo ("deemed cost")			(21.640)	(19.611)
Ajuste de depreciação pela vida útil			(5.720)	(5.195)
Custos de empréstimos capitalizados	5.560	5.560	(3.851)	(3.851)
Outros				
	<u>23.576</u>	<u>22.186</u>	<u>(92.472)</u>	<u>(90.810)</u>
Tributos diferidos passivos, líquidos			<u>(68.896)</u>	<u>(68.624)</u>

(i) A Companhia estima que os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais registrados se realizem nos próximos quatro anos.

**Diretoria**

MANOEL LACERDA CARDOSO VIEIRA  
Presidente do Conselho de Administração Grupo Santa Maria  
MARCELO PODOLAN LACERDA VIEIRA  
CEO Grupo Santa Maria

**Contador**

ANTONIO JORGE HUCHAK  
CRC PR - 064428/0-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Santa Maria Papel e Celulose

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santa Maria Papel e Celulose ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Maria Papel e Celulose e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Papel e Celulose e da Santa Maria Papel e Celulose e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**  
Conforme mencionado nas notas 17 (d) e 31 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não atingiu os índices mínimos (*covenants*) requeridos em determinado contrato de empréstimo e financiamento, o que, contratualmente, resultaria em vencimento antecipado da dívida ao critério do credor. Posteriormente, em 29 de março de 2017, foi obtido *waiver* para a manutenção dos prazos e vencimentos originais do contrato junto ao credor. Entretanto, e este passivo não foi classificado pela Companhia no irculante como requerido pelo Pronunciamento

Técnico CPC 26 (R1) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". Assim, em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante está apresentado a maior, e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 73.907 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Santa Maria Papel e Celulose

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Santa Maria Papel e Celulose
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração,

**25 Outras receitas (despesas) operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	3.638	1.438	3.682	1.438
Venda de imobilizado (b)	6.438	553	6.438	553
Vendas de materiais diversos	764	543	765	543
Outras receitas (despesas)	111	101	111	101
	<u>10.951</u>	<u>2.635</u>	<u>10.996</u>	<u>2.635</u>
Outras despesas operacionais				
Programa de participação no resultado	(401)	(614)	(496)	(653)
Custos na alienação e baixas do imobilizado (b)	(3.299)	(719)	(3.299)	(719)
Perdas no recebimento de créditos	(421)	(193)	(421)	(193)
Baixa de ativos	(842)	(675)	(842)	(675)
Programa de recuperação fiscal	(7.987)	(12.314)	(7.987)	(12.314)
Custo na venda de materiais diversos	(471)	(216)	(471)	(216)
Comissões serviços	(4.037)	(1.828)	(4.037)	(1.828)
Outras despesas	(402)	(51)	(402)	(51)
	<u>(17.860)</u>	<u>(16.610)</u>	<u>(17.955)</u>	<u>(16.649)</u>
	<u>(6.909)</u>	<u>(13.975)</u>	<u>(6.959)</u>	<u>(14.014)</u>

(a) Créditos tributários, se referem, principalmente, a créditos de PIS e COFINS sobre insumos referentes aos anos de 2012 a 2015 e aos meses de janeiro a junho de 2016; (b) As vendas de imobilizado, se referem, principalmente, a venda de veículos e tratores da operação de Corte, Carregamento e Terraplanagem para empresa Três Capões S.A.

**26 Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	1.793	860	1.793	860
Matérias-primas e materiais de consumo	218.574	210.239	218.574	210.239
Salários e benefícios a empregados	32.542	31.224	33.025	31.763
Despesas de manutenção	9.777	8.420	9.909	8.445
Depreciação e amortização	6.998	8.333	7.172	8.437
Despesas de transportes	15.685	1.569	15.703	1.576
Conexão e uso do sistema			904	
Outras despesas	<u>23.953</u>	<u>8.833</u>	<u>24.041</u>	<u>9.094</u>
	<u>309.422</u>	<u>269.478</u>	<u>311.121</u>	<u>270.414</u>
Custo dos produtos vendidos	271.408	250.344	271.772	250.344
Despesas com vendas	20.158	5.300	20.158	5.300
Despesas gerais e administrativas	17.607	13.534	18.942	14.470
Honorários do pessoal-chave da administração	249	300	249	300
Total de despesas por natureza	<u>309.422</u>	<u>269.478</u>	<u>311.121</u>	<u>270.414</u>

**27 Receitas e despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	352	539	550	1.680
Juros ativos	189	2.304	585	2.655
Descontos obtidos	43	12	45	12
Outras receitas financeiras			2	1
	<u>584</u>	<u>2.855</u>	<u>1.182</u>	<u>4.348</u>
Despesas financeiras				
Atualização monetária do parcelamento fiscal (Nota 19 (b))	(2.753)	(2.217)	(2.753)	(2.217)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(27.375)	(13.808)	(27.373)	(13.808)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(3.149)	(29.428)	(3.149)	(29.428)
IOF	(1.744)	(194)	(1.771)	(205)
Outras despesas financeiras	(4.219)	(1.449)	(4.224)	(1.590)
Outras variações cambiais, líquidas	121	(764)	125	(764)
	<u>(39.119)</u>	<u>(47.860)</u>	<u>(39.145)</u>	<u>(48.012)</u>
	<u>(38.535)</u>	<u>(45.005)</u>	<u>(37.963)</u>	<u>(43.664)</u>

(i) A principal variação ocorreu em decorrência da variação cambial em alguns contratos atrelados ao dólar norte americano, que em abril deste ano foram renegociados e convertidos em capital de giro, com juros mensais de 0,47% ao mês + CDI - Certificado de depósito interbancário.

**28 Adiantamento para futuro aumento de capital**

A Companhia é titular de autorização para exploração e ampliação da usina hidrelétrica denominada UHE Salto Curucaca, com capacidade instalada de 7,34 MW (não auditado) e potencial de 37,04 MW (não auditado). Os ativos integrantes da UHE Salto Curucaca foram transferidos após liberação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Companhia para a sociedade de propósito específico (SPE) denominada Curucaca Geradora S.A.

Em 2015, a Cooperativa Agrária Agroindustrial (Agrária) adquiriu participação correspondente a 40% (quarenta por cento) da referida SPE, o que lhe permitirá receber, de forma proporcional a energia elétrica gerada pela SPE.

A Companhia e a Agrária acordaram que os aportes relativos ao investimento da Agrária deverão se realizar de acordo com o cronograma existente entre as partes. No primeiro trimestre de 2016, o valor de R\$ 360 foi integralizado no capital social da Curucaca Geradora S.A. pela Agrária.

A Companhia e a Agrária acordaram fazer aportes relativos ao investimento nas linhas de transmissão da Curucaca Geradora S.A., sendo realizado adiantamentos para futuro aumento de capital, pela Agrária, em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 10.129 (Em 31 de dezembro de 2015, R\$ 2.763).

**29 Adiantamento de Clientes**

Em 6 de setembro de 2016 a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), através da Resolução Autorizativa n° 6.021, transferiu parte da outorga referente a UHE Salto Curucaca da empresa Curucaca Geradora S.A. para a Santa Maria Companhia de Papel e Celulose e para a Cooperativa Agrária Agroindustrial, onde os percentuais de cada empresa estão definidos no contrato de constituição do consórcio, que define ainda a liderança da Santa Maria. A resolução alterou também o regime de exploração da UHE Salto Curucaca para Auto produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro, a controladora e consolidado, apresentam o saldo de R\$ 9.000 referente à adiantamento efetuado pela Tradener Ltda para compra de energia elétrica futura proveniente do excedente de energia gerado pela Santa Maria. A vigência do contrato inicia em 1º de janeiro de 2017 e finaliza em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Adiantamento - Venda Energia Elétrica Futura		9.000
Outros adiantamentos		1.477
		<u>10.477</u>
(-) Circulante		(5.977)
Não circulante		<u>4.500</u>

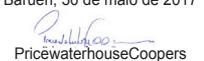
**30 Seguros**

A Companhia, mediante uma avaliação de risco realizada e tendo em vista a relação custo x benefício, mantém uma política de auto-seguro para cobrir eventuais sinistros nos ativos próprios. Essa política foi implementada pelos administradores em comum acordo com os acionistas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

**31 Eventos subsequentes**

Em 29 de março de 2017, a Companhia obteve *waiver* referente à Cédulas de Crédito Bancário junto aos seus credores devido ao não cumprimento dos índices financeiros atrelados à Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada na data base de 31 de dezembro de 2016.

Barueri, 30 de maio de 2017

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00016/O-5 "F" PR

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7 "S" PR

